



Vocalizações e Gestualizações Produção de Sentidos na Leitura e na Escrita em Rede¹

Wedencley ALVES²
Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

RESUMO

Este momento da história das mídias traz mudanças significativas nas relações entre escreventes e leitores no âmbito da comunicação jornalística e outras atividades de informação/opinião públicas. O presente trabalho traz reflexões a partir de uma abordagem discursiva e propõe dispositivos teóricos – os pares conceituais silenciamento/vocalização e gesticulação/gestualização – para compreender até que ponto estas transformações em curso podem realmente representar novas relações de poder e novas relações de sentido entre os interlocutores.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, leitura, escrita, gestualização e vocalização

1. Introdução

Como modalidade da língua, a escrita é o lugar mais premente das identificações institucionais. Não se trata de acreditar na não institucionalidade da fala, visto que esta modalidade também aponta para os lugares sociais ocupados pelos sujeitos, considerados empiricamente. Sobre o falante, pesam, da mesma forma que pesam sobre o escrevente, a busca do sujeito pelo reconhecimento no grupo de que faz ou gostaria de fazer parte, a identificação do seu status, a tomada e a possibilidade de perda da palavra. A diferença, no entanto, é que, em nossa sociedade, o falante é mais individuado do que o escrevente.

Isto porque, numa cultura em que a legitimação institucional se dá através principalmente da documentação escrita, em que a clivagem sujeito escolarizado/não escolarizado passa necessariamente por esta modalidade da língua e em que esta própria clivagem é determinante para a divisão social do trabalho e do pensamento, seja ele técnico, epistêmico ou estético, é evidente que a escrita mantém-se como lugar em que os sujeitos assumem de maneira mais visível a função de autoria, definida

¹ Trabalho apresentado no DT 5 Ciberculturas do X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² O autor é professor adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da unidade.



discursivamente, como aquela segundo a qual o sujeito, em suas posições discursivo-ideológicas, busca mais plenamente eliminar a heterogeneidade enunciativa, o equívoco e as contradições, dando seu nome em garantia.

A função de autoria está diretamente ligada à modalidade escrita por um processo histórico de longo termo. É preciso chamar a atenção que, por muito tempo, tanto as gramáticas quanto a lingüística moderna, investiram na homogeneidade da forma escrita, fazendo praticamente desta modalidade a representação maior da língua. Pode-se perguntar até que ponto, se a tradição fosse enfática sobre a fala, poderíamos alimentar tamanha ilusão de objeto tão homogêneo.

Milner, no clássico *O amor da língua*, mostra que a própria escrita, por sua vez, não poderia ser representada “indefinidamente sobrecarregada de acidentes diversos”, mas somente como uma forma invariante. E completa: “...reconhece-se aqui (na escrita) a cisão da língua em relação à fala” (MILNER, 1978,17). Por isso mesmo, seria de se esperar que o controle institucional sobre os processos de autoria dar-se-ia prioritariamente sobre a escrita-língua, que aparentemente poderia conjurar os equívocos, os acasos, os acontecimentos. Além de Milner, outra importante referência de discussão sobre a relação entre controle, autoria e escrita, vem de Claudine Haroche, mostrando que o processo de subjetivação do falante em sujeito-escrevente tem a ver com aspectos que transcendem o linguístico: “Esses elementos que visam colocar de lado, na gramática, a singularidade, a subjetividade, e a expressividade incontrolláveis, logo excessivas, encontram sua origem nas ideologias religiosas e jurídico-políticas” (HAROCHE, 1992, 19).

Portanto, se a escrita sustenta a condição de modalidade institucional por excelência e do lugar de reconhecimento “dos atestados de autoria”, a reflexão sobre novos processos de escrita/leitura inaugurados pelos suportes e canais de comunicação em rede e pelas novas mídias que com eles surgem passa a ser fundamental para compreendermos como se dão as relações discursivas na contemporaneidade.

2. Gesticulação e gestualização

A princípio, recortaremos dois aspectos das relações discursivas entre escreventes, estejam em função de autoria ou não, e leitores a partir das novas mídias: (I) a relação entre gestos de interpretação, leitura e escrita (II) os novos processos de vocalização e silenciamento que têm lugar a partir do sistema de comunicação e



informação que é a internet, e mais precisamente do suporte da web e as mídias públicas que de alguma forma travam com o jornalismo tradicional uma luta pela interpretação e espaços de consenso – luta esta que se dá nos novos processos de escrita/leitura inaugurados pelas comunicações digitais.

Um adendo se faz necessário em um estudo que se debruça sobre a inerente multimodalidade da comunicação digital: consideramos escrita e leitura no sentido mais amplo de escrever/*ler um texto, uma imagem, um movimento corporal, uma frase melódica*, quando estas constituem textualidades³.

Discursivamente, “gesto de interpretação”, termo proposto por Orlandi (1999), aponta para o fato de que toda e qualquer interpretação é um ato discursivo com repercussões na realidade simbolizada e que o corpo do falante está inscrito neste ato. A noção de “gesto”, portanto, implica numa materialidade histórica. A mesma autora também trabalha o fato de que os processos de produção de sentido podem tender à repetição ou à ruptura, vistos de forma gradiente e não binária. À primeira tendência, Orlandi chama de paráfrase, e à segunda, de polissemia.

A produção de sentido e a interpretação, como atos discursivos intrínsecos e inseparáveis, embora distinguíveis conceitualmente, se dão na direção do mesmo ou da diferença, sem que, geralmente, no primeiro caso deixe de haver, mesmo que imperceptível num primeiro momento, algum deslocamento; sem que, comumente, no segundo caso, deixe de subsistir alguma margem de contigüidade, visto que a ruptura extrema geraria efeitos de nonsense ou incomunicabilidade entre os interlocutores.

Propomos, a partir daquele par conceitual, uma outra dualidade em relação aos gestos de interpretação: a gesticulação e a gestualização. O termo *gesticulação* definiria assim os gestos de escrita e de leitura como aqueles marcados por uma relação parafrástica em certo contexto discursivo. Sugerimos a *gestualização*, como a instauração da possibilidade de escrita/leitura polissêmica, marcada pela diferença. O resultado é a aproximação entre *gesticulação e produtividade* e *gestualização e criatividade*. Portanto, a gestualização é o gesto de interpretação que, rompendo com o

³ Textualidade que também podemos definir como *um continuum coerente de sentidos, coerência* esta imaginária, evidentemente, pois que tem a ver com a *univocidade ou a elisão de outras posições enunciativas que, no entanto, persistem no texto, na imagem, no gesto, tacitamente*. É evidente que, ao pensar na ‘escrita de um gesto’, estamos nos aproximando de uma visão bastante ampla de escrita, para além daquela regulada pelo lingüístico e que foi objeto de citação na introdução. Uma referência próxima, mas não coincidente é a noção de *écriture*, traduzida por vezes como escritura, de Derrida (2002).



mesmo, resulta em criatividade. A gesticulação, no entanto, lugar da reafirmação do mesmo, é condição de estabilidade na produção discursiva⁴.

Aplicando os conceitos de paráfrase e polissemia, e de gesticulação e gestualização, como variações dos gestos de interpretações, pretendemos pensar aqui a produção/leitura dos objetos midiáticos, a relação entre memória e arquivo, e o posicionamento do sujeito nos acontecimentos discursivos que se dão na mídia. Evidentemente, uma prática discursiva qualquer na mídia – notícia, weblog, fórum de debates em portais, romance-rio, quadrinhos, anúncios, programa de auditório, comédia, *talk show*, seqüência musical no rádio – apresenta *projetos de interlocução* muito díspares, o que desafia qualquer estrutura conceitual unificada, justamente aquela que pretende dar conta destes fenômenos no todo.

Mas, de antemão, em qualquer que seja a prática discursiva, leitores e escreventes, filiados a redes de memória e formações discursivas, tenderão ao mesmo ou à diferença, de modo diverso, com maior ou menor grau de mobilidade.

3. Produção-escrita. Produção-leitura.

Este momento da história das mídias traz mudanças significativas nas relações de sentido e poder entre escreventes e leitores no âmbito da comunicação jornalística ou quaisquer outras atividades de informação/opinião públicas. Como esta reflexão partirá do pólo da leitura, torna-se preciso fazer uma rápida incursão sobre o modo como a leitura é considerada numa abordagem discursiva.

Discursivamente, consideram-se três níveis de leitura: a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão (ORLANDI, 1999). Em síntese, o primeiro dos níveis, o mais básico, sem os quais os outros não se desenvolvem, é aquele que diz respeito à capacidade de o leitor decodificar o texto, o que é só possível para aqueles que, alfabetizados, dominam a língua, ainda que rudemente. Mas o processo de decodificação nem sempre permite mais do que fazer justapor significados – sentidos dominantes ou de efeito imediato⁵ – numa seqüência sintagmática.

⁴ As definições de produtividade e criatividade são de Eni Orlandi (op.cit)

⁵ *Sentidos dominantes* seriam aqueles fixados institucionalmente ou autorizados pelos valores sociais, formas de estabilização do sentido que nem sempre coincidem. Para diferenciar estes dois modos de constituição do significado – o sentido estabilizado – podemos recorrer como exemplo à palavra “cura”: nem sempre há coincidência entre o que o senso comum e a medicina compreendem por “cura”. Mas é evidente que cada vez mais o sentido médico de “cura” tende a se impor também no senso comum. Sentidos dominantes, tidos como naturais, são os que “vêm à mente” de forma imediata na maioria dos



Vê-se, como exemplo, a frase “Ramires sai e amplia pressão sobre Sérgio”, uma sentença não atestada, mas que segue o modelo de uma manchete da Folha de São Paulo, em 18 de dezembro de 2009⁶. Sem saber quem são Ramires e Sérgio, pode-se inferir que Ramires fez um mal a Sérgio com sua saída.

Recorrendo agora à sentença atestada, “Aécio sai e amplia pressão sobre Serra”, num primeiro nível de leitura, sem maior conhecimento do quadro político, mas supondo que conheça os personagens envolvidos, o leitor pode chegar, por inferência, à conclusão de que a saída do governador mineiro (De onde? Para onde?) gera um efeito negativo sobre Serra. É que o significante “pressão” geralmente é associado a uma força ruim contra quem sofre, como percebemos na sentença não atestada.

Com efeito, dificilmente, este leitor sem um mínimo de contato com outros textos que tratam da política brasileira, e sem que os discursos da esfera política façam parte de sua memória discursiva, conseguiria ir além da inferência de que não é bom para Serra a saída de Aécio – seja o que for que signifique a saída de Aécio (pode-se sempre recorrer à sentença fantasia para compreender que não é possível sem maiores referências saber o que significa a saída de Ramires).

É a constituição do leitor como sujeito filiado a uma rede de memória – do quadro político – que permite a ele fazer inferências mais próximas do que o jornal quis noticiar, independentemente das qualidades de clareza ou dita objetividade do texto. Por isso, a inteligibilidade, embora básica, não garante a interpretação da notícia.

O segundo nível de leitura, a interpretação, dá-se justamente quando o leitor é capaz de associar uma série de outras sentenças no próprio ato da leitura, sentenças estas tornadas possíveis a partir de outras formuladas na cobertura do quadro político brasileiro; além de estabelecer uma série mais heterogênea de relações de sentidos, a partir de enunciados dos discursos políticos e sobre a política nacional⁷:

1. *Aécio sai da disputa para a presidência;*
2. *(portanto), ele era um dos dois nomes cotados para ser o candidato pelo PSDB;*
3. *A saída dele amplia a pressão para que o outro candidato, José Serra, decida se é candidato ou não (portanto, a saída não é ruim para Serra, possivelmente)*

gestos de interpretação. Analiticamente, no entanto, a clivagem entre natural/figurado ou denotação/conotação não encontra justificativa, visto que para a Análise do Discurso todo e qualquer sentido é constituído historicamente.

⁶ Não é injustificada a recorrência a uma manchete de um jornal impresso. É que mais à frente é justamente a mudança dos gestos de leitura, do impresso para a rede, que estará sendo discutida.

⁷ Mantém-se aqui a distinção entre sentença – da ordem do texto – e enunciado – da ordem dos discursos.



4. *(também) aumenta a responsabilidade de Serra em relação ao jogo político, visto que ele foi contra a realização de convenção, pedida por Aécio;*

As quatro sentenças subentendidas (embora a segunda seja mais precisamente um pressuposto) e não ditas só podem ser mobilizadas por um leitor com capacidade mínima de interpretação política. O que já é um avanço em relação ao leitor que dominasse somente o nível de inteligibilidade da sentença.

Mas há ainda um terceiro nível possível de leitura da manchete do jornal: o da compreensão. A interpretação como se percebe dá-se na direção do leitor ideal do jornal. Ao escrever, o autor de um texto já institui de alguma forma o seu leitor ideal. Ele sempre escreve para alguém, ainda que este leitor ideal seja um espelho do próprio autor.

Interpretar, portanto, significa alinhar-se discursivamente com o autor da formulação; significa efetuar um movimento parafrástico – num primeiro momento, coincidente – em relação aos sentidos produzidos pelo jornal. Mas a compreensão dos sentidos que instituem a textualidade também permite que outras perguntas possam ser feitas sobre os sentidos estabilizados na produção jornalística⁸.

1. *A saída de Aécio significa desistência, blefe ou concordância com a cúpula e com Serra?*

2. *De que movimento discursivo participa o jornal com o anúncio em manchete em primeira página sobre a saída de Aécio?*

3. *Como o jornal interpreta o movimento de saída de Aécio e de que forma foi constituído o sentido desta saída?*

Se tomarmos duas outras manchetes, num dia em que os grandes jornais deram destaque para o mesmo acontecimento político, leremos: “Aécio desiste de disputar

⁸ “Alinhar-se discursivamente” não significa necessariamente concordar. Mas encontrar-se mais ou menos no lugar de interpretação esperado pelo jornal. O que significa que é, sim, possível e bastante plausível haver, na leitura, deslocamentos em relação aos sentidos estabilizados pela autoria – é o que se pode chamar de “outra interpretação” ou “interpretação não prevista”. É também o que, de certa forma, veremos mais adiante, quando forem consideradas as práticas de produção-escrita e produção-leitura na rede. Mas, já de antemão, é na compreensão que o leitor pode perceber que “o sentido pode ser outro”. Deixamos aqui uma questão em aberto em relação ao domínio da compreensão: leitores instrumentalizados conceitualmente são capazes de efetuar a compreensão. Mas haveria outras formas de instrumentalidade que não as teóricas? A rede amplia possibilidades para a compreensão? Ou apenas para outras interpretações?



presidência” (O Globo) e “Aécio sai da disputa e abre espaço para chapa com Serra” (Estado de São Paulo). A pergunta 1 seria respondida como reconhecimento das dificuldades (eleitorais, partidárias etc.) por parte do governador mineiro; no segundo, na manchete do jornal O Estado de São Paulo, a interpretação do leitor possibilitaria a inferência de que foi intenção do político mineiro apoiar a candidatura de José Serra. Daí decorre a própria consideração sobre a pergunta 2: o gesto de interpretação da Folha aponta para o sentido de que, por parte do governador mineiro, a atitude foi um lance político, e que a pressão sobre Serra pode ter sido intencional. Aécio realmente “aumentou” a pressão sobre o Serra, e era esse o propósito do governador mineiro.

A produção de sentido na leitura, no entanto, não pode ser discursivamente considerada uma atitude de recepção. Não são simplesmente as capacidades do leitor que estão em jogo, mas também as projeções imaginárias entre os interlocutores, baseadas sempre em discursos instituídos na história, e as posições discursivas ocupadas pelo sujeito-leitor.

As projeções imaginárias são o jogo de antecipações que os interlocutores fazem uns dos outros, sobredeterminados tanto pelos lugares sociais quanto pelas posições discursivas. A relação entre o jornal e seus leitores sempre foi verticalizada, com o leitor ocupando mais ou menos uma posição de recepção na maioria das vezes, identificação esta evidentemente imaginária, pela qual se apagaria a própria produção de sentidos na leitura. Portanto, diante do interlocutor “jornalista/veículo”, pesam tanto na produção-escrita quanto na produção-leitura algumas destas condições históricas, sem que a enumeração seja exaustiva:

1. A legitimidade da imprensa como intérprete da realidade;
2. A legitimidade aumentada da grande imprensa neste lugar;
3. Os graus de identificação do leitor com o “seu jornal” ou veículo, tomado como portador de identificações simbólicas – ligadas às relações de poder e sentido – e imaginárias – lugar dos gostos, dos afetos, e das paixões;
4. A cultura referencialista de nossa sociedade, em que significantes como *objetividade*, *informação* etc. acabam sendo predominantes;
5. A hegemonia do discurso objetivista e noticioso, que, pelo modelo vigente, tende à monossemia.



Os grandes meios de comunicação, portanto, principalmente a partir do trabalho jornalístico, conseguiram o efeito de massificação necessário para se instituírem como espaços legitimados de produção de sentidos.

A sociedade em rede, no entanto, põe em causa contemporaneamente algumas destas condições de produção de escrita/leitura.

1. A legitimidade da imprensa como intérprete da realidade ainda é acentuada, mas a rede permitiu a vocalização de outros atores/autores;
2. O mesmo acontece com a legitimidade aumentada da grande imprensa neste lugar;
3. Pelo fato de ter aumentado muito o número de veículos, os processos de identificação do leitor com o “seu jornal” ou veículo vêm se tornando mais fragmentários;
4. A cultura referencialista de nossa sociedade, em que significantes como objetividade, informação etc. continua sendo predominante, mas gêneros opinativos e avaliativos do jornalismo ou para-jornalismo ganham força, assim como a cultura do debate em rede;
5. A hegemonia do discurso objetivista e noticioso se mantém, mas mesmo os portais jornalísticos, que sustentam a predominância da notícia, e que por isso também tendem à monossemia, introduziram/possibilitam novos mecanismos de participação pública, o que gradativamente vai reconfigurando as condições de produção de informação/opinião.

Considerações sobre mudanças nas condições de produção devem ser cautelosas. Estas mudanças não podem ser vistas como a passagem definitiva de um modelo – massivo – para outro – em rede. As velhas e novas mídias podem ser concorrentes em alguns aspectos, mas também podem ser vistas com estando em relação simbiótica, talvez na maioria dos casos.

De qualquer forma, se o processo se dá, evidentemente, haverá deslocamentos discursivos importantes, o que implica em outras relações de sentido e poder. Um dos efeitos históricos desta mudança é a possibilidade de redução do apagamento da produção de sentido na leitura. Vista como atividade de recepção, no senso comum, o leitor das mídias que operam a partir da web 2.0 conta com a possibilidade de trabalhar os textos lidos – seja indicando os textos por email, quando parte, comente, de uma



leitura parafrástica; seja os enviando criticamente e intervindo no conteúdo, quando se encontra em outra posição-sujeito; seja ainda participando de discussões de blogs, fóruns etc.

Bons exemplos do trabalho do leitor sobre o conteúdo podem ser encontrados em sites como o youtube, quando reportagens de televisão, por exemplo, podem ser montadas e remontadas, ou ganhar inserções de legendas etc.

O caso do vazamento do comentário depreciativo de Boris Casoy, jornalista da Rede Bandeirantes, sobre os garis é um exemplo interessante. O fato ocorreu em 2009. Na época, o youtube recebeu dezenas de postagens com vídeos, boa parte deles com montagens ou simples inserção de comentários escritos, e mesmo trilhas sonoras.

Este trabalho de reedição, que explicita uma atitude ativa do leitor (de textos, imagens, vídeos etc.), parece trazer uma novidade: a possibilidade de trabalho sobre o suporte e sobre a mídia. Mas, em última instância, o trabalho leitor sobre a materialidade significativa – no simples ato de leitura de um texto, por exemplo – é algo inerente à interpretação e à compreensão, tomadas como os níveis mais avançados de leitura.

Ler é uma operação complexa que envolve uma série de habilidades: associação intertextual, preenchimento de lacunas, operações inferenciais, cálculo, hipóteses a serem confirmadas ou não na sequência da leitura. Mas esta complexidade não aparece imediatamente ao próprio leitor⁹.

Recorre-se de novo ao exemplo da sentença da manchete da Folha:

Aécio sai e aumenta pressão sobre Serra.

Para o leitor com capacidade de interpretação todo aquele trabalho de leitura é necessário: a associação intertextual com o que foi veiculado sobre a trama política, o preenchimento de lacunas sintagmáticas (*Aécio sai da disputa para a presidência da República*), as inferências sobre quem ou o que aumenta a pressão sobre Serra; o

⁹ Na leitura, o esquecimento de sujeito e de sentido, teorizados na análise do discurso como os esquecimentos ideológicos por excelência, aparecem ao leitor de forma invertida. No primeiro caso, o sujeito “esquece” que seu dizer já está posicionado em algum/uns discurso(s) e a ilusão constitutiva é de que ele é a origem do sentido; no segundo caso, os sentidos são reificados ou naturalizados, e o efeito é o apagamento das condições históricas da produção discursiva. De forma invertida, o leitor comumente esquece que também está posicionado em sua interpretação, cujo efeito é o apagamento do trabalho de produção de sentidos na leitura, na medida em que percebe o ato da leitura como ato de recepção de um “conteúdo” dado, “decifrável” – ilusão de sentido – através de uma “interpretação correta do que quis dizer o autor” tomado na origem do sentido – ilusão de sujeito.



cálculo (a probabilidade de que a notícia seja verdadeira), as hipóteses sobre se a manchete remete a um blefe ou a uma desistência, o que só poderá ser resolvido com a continuidade da leitura.

Portanto, há de certa forma uma reedição do texto, quando se lê: associar, preencher, fazer inferências, calcular e construir hipóteses fazem parte da produção da leitura. Mas esta produção não se dava propriamente sobre o suporte – como reeditar um vídeo – ou sobre a mídia – como acrescentar imagens a uma reportagem de rádio e publicizar o resultado em sites como o youtube – ou mesmo sobre a materialidade significativa – como adicionar comentários a um texto repassado a amigos. A produção de leitura anteriormente constituía-se numa operação basicamente mental, solitária, sem que isso incorresse necessariamente em compartilhamento.

Uma característica do discurso noticioso acentuava esta passividade imaginária do sujeito-leitor. Na literatura, e mesmo no discurso jornalístico de formação mais literária, ao leitor é dada a oportunidade de associar imagens à narrativa: ele complementa a caracterização dos personagens e a ambientação; e faz a partir de seu próprio imaginário a exegese da narrativa.

A notícia moderna e objetivista é bem distinta: ela institui-se sobre o controle do imaginário¹⁰. O seu funcionamento discursivo é marcado por uma baixa reversibilidade, com tendência à exclusão da polissemia, através de um receituário de controle da enunciação, como exigências de clareza, concisão e objetividade, tidos como um ideário de texto.

O conceito de reversibilidade relativiza a questão do lugar dos interlocutores. Pela noção de reversibilidade, propõe-se não se fixar mais “o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte”, mas tratá-los como pólos que se definem um pelo outro, caracterizando nessa relação o espaço da discursividade (ORLANDI, 1996). Ora, a reversibilidade é, portanto, uma condição do discurso, na medida em que em última instância permite a interlocução, e a identificação dos interlocutores com o discurso. É a capacidade de “estar no lugar do outro”, que caracteriza a reversibilidade.

¹⁰ Luiz Costa-Lima, teórico da literatura, mostra que uma tendência do Ocidente a partir do Renascimento foi investir cada vez mais no controle do imaginário. O cume desse percurso de controle das “fantasias” foi a vocação referencialista do romance, a partir do século XVIII (O mesmo pode ser estendido à produção de imagens, a partir da perspectiva renascentista). As narrativas da notícia objetivista talvez sejam um exemplo extremo deste controle: apresenta-se como espelho da realidade. Mas ironicamente aí é que se encontra seu maior poder imaginário, tomado aqui não como em Luiz Costa Lima (2009), mas como definido pela AD: mecanismo ideológico de fixação de sentido; composto pelos efeitos próprios às ilusões de sujeito – sua identificação inconsciente com os discursos com os quais/nos quais se reconhece – e de sentido – efeitos de evidência, de transparência, em suma, de verdade.



Os lugares de quem fala e de quem ouve sofrem um processo de reversibilidade em maior ou menor grau, e é somente assim que não se rompe a corrente do discurso. Na classificação proposta por Orlandi, encontram-se três tipos de discursos: os autoritários, de baixa reversibilidade; os polêmicos, que, embora sustentados sob a disputa pela tomada da palavra, sobrevivem justamente na condição de que o outro participe da disputa; e os lúdicos, que tendem a acentuar a reversibilidade.

As práticas discursivas religiosas e escolares, por exemplo, são autoritárias: não há atribuição de novos sentidos, isto é, tendem à paráfrase, e as posições discursivas dos interlocutores são fixadas – o sacerdote e o fiel, o professor e o aluno, ocupam lugares contrários em relação à apropriação dos saberes. As práticas discursivas polêmicas, como as da esfera jurídica, política e das ciências humanas e sociais, admitem a contradição entre interlocutores, mas são bastante reguladas institucionalmente – pela lei, pela ordem, pelo domínio do método. Como exemplo de discursos lúdicos, vê-se a conversa cotidiana e a literatura, que, se nem sempre permite a troca de lugares entre os interlocutores, especialmente no caso da literatura, são caracterizados como atos de significação tendentes à polissemia – a divergência de atribuição de sentidos entre interlocutores. Como explica Orlandi:

“Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estreitos entre o mesmo e o diferente. Daí consideramos que todo o funcionamento da linguagem se mostra na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto, é o dizível, a memória (...) A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processo de significação. Ela joga com o equívoco (1999)”.

Através dessa tipologia, compreende-se como se entrelaçam, na linguagem, a criatividade e a produtividade. O primeiro processo, o de criatividade, tende às rupturas e aos deslocamentos de sentido e é encontrável em maior medida nos discursos lúdicos, e em menor nos discursos polêmicos; já a produtividade reafirma a repetição, à fidelidade aos modelos, à paráfrase¹¹ e é encontrada nos discursos autoritários.

¹¹ É sempre bom lembrar que o conceito de paráfrase aqui se refere às relações discursivas. Por exemplo, mesmo a repetição de uma sentença através de substituições sinonímicas pode, por efeito de ironia, remeter a sentidos contraditórios, não se constituindo, portanto, numa paráfrase do ponto de vista discursivo.



Ao levar em conta esta tipologia, pode-se classificar o discurso da notícia moderna, objetivista, como autoritário, pela sua forte tendência não-polissêmica, pela baixa reversibilidade, e pela característica de produtividade, e não de criatividade. Ao chegar, no entanto, na rede, a notícia passa por uma reconfiguração importante: ela é submetida, no mínimo, à polêmica, à contra-informação, à reescrita e à retextualização. O que, hipoteticamente, leva-nos a afirmar que, devido às propriedades da materialidade multimodal da grande rede, a gestualização pode ser mais plausível que nos meios massivos.

4. Interação, reversibilidade e vocalização

Cabe, neste momento, uma distinção entre interação e reversibilidade. A interação, muito comum em sites e portais jornalísticos, em que se buscam os comentários dos leitores e as respostas a série de perguntas, com a subsequente tabulação automática dos resultados, não implica necessariamente em reversão de posições: o leitor fala sobre demanda, mas ele não interfere no mapeamento dos sentidos já efetuado pela produção do site. Na maioria das vezes os portais conduzem o leitor/usuário a comentar a notícia produzida sob o ponto de vista dos editores, propondo pesquisas de opinião bastante dirigidas.

A reversibilidade é diferente. Um maior grau de reversibilidade só é possível se o outro-leitor puder reconstituir a produção de sentidos da notícia veiculada ou objeto de comentário. Da parte do portal, isso não será possível. Daí que os leitores acabam por sair dos portais com a notícia levando-a a blogs e fóruns onde possam interferir na própria textualidade. O que os portais geralmente oferecem é interação; o que alguns leitores da rede perseguem é reversibilidade aumentada. As práticas de informação/opinião públicas, a partir do momento, em que fogem do controle exclusivo do jornalismo e dos jornalistas instituem práticas discursivas com maior grau de reversibilidade, embora não sejam os portais de imprensa o melhor lugar para se encontrá-las. Pelo contrário: é nos blogs, nos fóruns, ou mesmo, simplesmente, na grande massa de mensagens com conteúdos de informação/opinião pública que vazam por emails, que podemos encontrar exemplos de gestualização, de deslocamentos de sentidos.

É possível também que se dê um maior grau de reversibilidade, com tendência maior à polissemia, nos sites de vídeos, como o hoje tão badalado youtube, nas redes sociais, nas redes de comunicação instantânea, como o twitter. É evidente que, por ligar-



se à produtividade – continuidade, reafirmação e consenso – a gesticulação – os gestos de interpretação tendentes à repetição – seja mais freqüente mesmo na rede. Mas a rede permite também em certa medida maior reversibilidade e, da mesma forma, maior capacidade de vocalização de discursos e autores outros que não aqueles dominantes ou legitimados na mídia massiva.

O par conceitual silenciamento/vocalização – sendo o segundo termo proposto por nós – são importantes neste momento. O mapeamento do Real a partir de formações discursivas – lugares de interpretação, matrizes de sentido – constitui memórias discursivas para aqueles sujeitos afetados por elas, vistos que os próprios sujeitos estão imersos nas redes de sentido que se formam historicamente. O Real da história é o que fica para além do mapeamento de sentido e das redes de memória. Se sentido pode ser visto como um vetor de interpretação, sempre dado em relação a outros sentidos, a própria constituição de uma FD se dá no apagamento de outras FDs concorrentes ou contrárias. A rede de memória é composta por sentidos e silenciamentos de outros sentidos possíveis. Portanto, num primeiro momento a própria memória discursiva funciona para lembrar e fazer esquecer¹².

Ora, a web vai produzir deslocamentos importantes na rede de memória. Ela reconfigura o interdiscurso – o conjunto de discursos disponíveis numa conjuntura dada – tonificando sentidos até então apenas adjacentes na velha mídia; fazendo reverberar no espaço público, constituído pela rede, aquilo que não era “relevante” dizer/ouvir/escrever/ler; além disso, vocaliza sentidos, discursos e atores proscritos na velha mídia. Talvez a rede não constitua, por si mesma, novos discursos, mas ao dar espaço para novas formulações acaba por produzir deslocamentos na ordem da memória, tornando outros discursos disponíveis para os sujeitos.

Para fugir das abordagens otimistas e um tanto quanto ingênuas, podem ser citados os casos de inserção de discursos nazistas e/ou racistas em sites, redes sociais e fóruns, que na velha mídia não encontravam espaço, eram silenciados. A antropóloga Adriana Dias (2007) pesquisou em mais de 40 sites, que mobilizavam perto de 150 mil simpatizantes, o recrudescimento do discurso nazista no Brasil fomentado pela rede.

¹² Para que os conceitos de esquecimento, apagamento e silenciamento, tão próximos na teoria do discurso, não confundam o leitor, seguem aqui breves definições bem funcionais para os propósitos deste texto: o apagamento é o silenciamento – que pode ser pensado como ação e como efeito – na ordem da memória; reserva-se, portanto, aqui o termo silenciamento para a ordem do (não) dizer, da (não) textualização. O esquecimento é o efeito do apagamento que uma rede de memória opera sobre outras possíveis. É por isso, em última instância, que aquilo que não está na memória sequer pode ser formulado ou dito. O resultado, obviamente, é a reificação, naturalização, dos sentidos dominantes na rede instituída.



Não se pode dizer que todos estes simpatizantes tenham se aproximado desta filosofia somente pela ação da rede, mas sem dúvida a rede cumpriu uma função essencial ao disponibilizar sentidos antes silenciados pela ação dos meios de comunicação tradicionais e pelas instituições comprometidas com a não proliferação do nazismo.

O que não consta da memória sequer pode ser dito. O que consta pode ser dito ou não. Os discursos neofascistas jamais deixaram de existir. Mas novas gerações, que com estes discursos viriam a se identificar, tinham pouco acesso a estas formações discursivas e, portanto, não fariam nenhum movimento na direção destas filosofias. Mas a rede criou um arquivo vivo do neofascismo, e este arquivo pôs de novo em circulação os seus sentidos, muitas vezes deslocados¹³.

5. Considerações finais

Se, por um lado, a vocalização é o resgate de discursos negligenciados na memória, efeito da luta pelas interpretações da história, e sua textualização; por outro, a própria presença na memória é fruto de uma reconstituição/restituição de antigos discursos ou inserção de novos discursos/sentidos.

Se a rede atua sobre a vocalização – na ordem do dizer – e sobre a reconstituição – na ordem da memória – ela seria capaz de fazer surgir novos sentidos para a história? Como rede mundial, como lugar de conectividade de culturas, a resposta tende a ser afirmativa: o interdiscurso, o universo de discursos é afetado, evidentemente, por outras estruturações de sentido, por outros mapeamentos de sentido sobre o real da história. Mas esta é uma outra versão ingênua. A rede, de alguma forma, é capaz sim de possibilitar novos sentidos, mas a enorme diferença de possibilidade – tecnológica, política, econômica, social – de acesso entre as culturas, línguas e povos, dificilmente vai trazer algo que não seja a universalização dos sentidos já disponíveis historicamente no Ocidente e, em especial, pelas ciberoligarquias. O ciberpoder pode ser mais generoso, mas ainda é oligárquico.

Além disso, deve-se lembrar, na mesma direção do argumento de GALLI (2008, 176), que a forma-espetáculo e a forma-mercadoria própria dos meios massivos são herdadas pela rede e constituem-se como parte inerente da sua materialidade. Assim, também a leitura torna-se objeto de consumo, enquanto que os processos de

¹³ Há um deslocamento evidente: a denegação de que nazismo e intolerância sejam co-ocorrentes historicamente e co-referenciais, do ponto e vista da sua textualização.



identificação com a espetacularidade são decisivos na formação dos novos sujeitos escreventes e leitores. A constatação de que podemos estar diante de “sujeitos formatados”, com uma produção-leitura pré-condicionada pelo espetacular e pelo desejo de consumo não deve ser minimizada.

Mas se as vocalizações não institucionalizadas pelos meios massivos são mais plausíveis, mesmo que os discursos não dominantes venham a ocupar espaços apenas periféricos, na luta pelo direito à interpretação, é possível acreditar que, na produção-leitura e na produção-escrita em rede, testemunhemos uma maior ocorrência de gestualizações que nos meios massivos. O que não deixa de ser apenas uma hipótese de trabalho.

Referências bibliográficas

COSTA-LIMA, Luiz. *O Controle do Imaginário e a Afirmação do Romance*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Adriana. *Os Anacronautas do Teutonismo Virtual: uma Etnografia do Neonazismo na Internet*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Unicamp, 2007

GALLI, Fernanda Correia S. *Ciberespaço e Leitura: O Mesmo e o Diferente no Discurso sobre as "Novas" Práticas Contemporâneas*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

HAROCHE, Claudine. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

MILNER, Jean-Claude. *L'Amour de la Langue*. Paris, França: Éditions du Seuil, 1978.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Capinas: SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.